



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 065/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023

TIPO DE LICITAÇÃO – MENOR PREÇO GLOBAL

ESPECIFICAÇÕES

O **Fundo Municipal de Saúde** do Município de Antônio Carlos/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 10.546.524/0001-36, estabelecido na Avenida Henrique Diniz nº 348, Centro, CEP 36.220-000, torna público que se acha aberta a presente licitação para o objeto informado na cláusula 1, cuja direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro designado pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 015/2021, na modalidade Pregão Presencial, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002 e Lei 8.666/93 e suas modificações, em conformidade com os preceitos das Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014 e as condições deste instrumento convocatório.

A sessão pública de julgamento será na sede da Secretaria de Saúde de Antônio Carlos, na Av. Henrique Diniz nº 348, Centro, CEP 36.220-000, no **dia 15/01/2024, às 08:00 horas**, local, data e horário onde os envelopes contendo a habilitação e proposta deverão ser entregues.

1 – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual prestação de serviços especializados de análise e fabricação de próteses dentárias, conforme A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente e a criação do LRPD, para atender a população assistida pela Secretaria de Saúde do município de Antônio Carlos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações deste edital, seus anexos, incluindo termo de referência, além do descrito abaixo, unidades e quantidades:

Item	ESPECIFICAÇÃO	Quant. Estimada	R\$ Unit. Máx.
01	PRÓTESE CORONÁRIA/INTRA RADICULARES E FIXAS/ADESIVAS: RMF, NMF, coroa em solidex.	400	R\$: 225,00
02	PRÓTESE TOTAL SUPERIOR E INFERIOR: (Chapa de prova, planos de cera, prova dos dentes em cera) Palato transparente, dentes de acrílico modelo VIPI.	400	R\$: 225,00
03	PRÓTESE PARCIAIS REMOVÍVEIS ESTRUTURA METÁLICA: (Prova da estrutura metálica, planos em cera, prova com os dentes em cera e acrilização, dentes tipo VIPI).	400	R\$: 225,00

1.2. Constitui objeto do presente projeto as regras para a Contratação de procedimentos laboratoriais relacionados à confecção e fornecimento personalizado de próteses totais mandibulares e maxilares, próteses parciais removíveis mandibulares e maxilares, próteses coronárias, próteses intrarradiculares fixas, coroas provisórias e próteses sobre implantes, conforme descrição na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, disponível através do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de saúde – SUS no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, respeitando as especificações deste Termo de Referência de forma complementar aos serviços disponibilizados pela rede pública, necessários para oferecer à



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

população do município uma assistência à saúde de qualidade, com base nas diretrizes clínicas vigentes e normatizadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.

1.3. A contratação e os quantitativos serão efetivados de acordo com as demandas da Secretaria de Saúde, sem a garantia de quantidades mínimas a serem solicitadas.

1.4. Os serviços de moldagem deverão ser prestados obrigatoriamente nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Antônio Carlos ou em unidades ligadas ao órgão localizadas nos limites do Município.

2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para fazer face às despesas correrão por conta da dotação orçamentária da Prefeitura, em especial às ligadas à Secretaria Municipal de Saúde, consignadas no orçamento vigente, a saber:

03.010.001 10.302.0003 2.726 3.3.90.39.00

3 – DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

Não poderá participar desta licitação pessoas físicas ou quem esteja em situação jurídica impeditiva de contratar com o Poder Público ou com a Administração, enquadradas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993 ou com declaração de inidoneidade.

4 – DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

4.1. O licitante poderá vir representado por seu administrador ou por mandatário, limitado a uma pessoa, com poderes para praticar todos os atos relativos às etapas do pregão, principalmente para formular propostas, apresentar recursos e impugnações.

4.2. Os poderes de representação deverão ser demonstrados junto ao Pregoeiro por meio de instrumento público ou particular, comprovado com a carteira de identidade do representante e o instrumento de constituição da sociedade empresária (contrato social ou estatuto), onde deverá constar os poderes à assunção de obrigações em nome da pessoa jurídica. Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração deverão postar documentos que supra a exigência. Tais comprovantes assim como a Carta Credencial devidamente assinada e deverão estar fora dos envelopes de Proposta e Documentos.

4.3. A falta de clareza nos poderes para a oferta de lances implicará na impossibilidade de o licitante formulá-los, aplicando-se a regra do item seguinte. Recomenda-se, para evitar enganos, a adoção do modelo de Carta Credencial - Anexo III deste edital.

4.4. O licitante que não cumprir as exigências de representação não poderá formular ofertas verbais e nem interpor recursos, valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita, desde que obedecido o constante na legislação vigente.

4.5. Os documentos necessários ao credenciamento de representante poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas ou por servidor designado para tal.

4.6. A declaração de cumprimento das condições de habilitação (Anexo IV) devidamente assinada deverá estar fora dos envelopes de proposta ou de documentos, devendo ser entregue ao Pregoeiro na abertura da sessão e servirá como pré-requisito à sua participação no certame.

5 – DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS E DE DOCUMENTAÇÃO

5.1. A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser entregues na data e horário fixado no preâmbulo deste instrumento em envelopes distintos, opacos, fechados (com cola ou lacre) e com os seguintes dizeres:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

ENVELOPE 01 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL

CNPJ

À PREFEITURA DE ANTÔNIO CARLOS
PROCESSO Nº 065/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL

CNPJ

À PREFEITURA DE ANTÔNIO CARLOS
PROCESSO Nº 065/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023

5.2. Não havendo expediente na data marcada ou outro fato superveniente que impeça a realização do certame, fica a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, conservando mesma hora e local, se outra data ou horário não forem estabelecidos pela Administração.

5.3. O Município não se responsabiliza pelo extravio de correspondências enviadas pelos Correios.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa/pessoa física, em única via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem ser rubricadas e a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da licitante e dela deverão constar:

I – Razão Social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail;

II – Proposta de preços por ITEM, expressos em moeda nacional, em algarismos e por extenso (prevalecendo esta forma em caso de discordância), limitados a duas casas após a vírgula, devendo estar inclusas todas as despesas concernentes a tributos e outras necessárias à completa entrega dos produtos;

III – Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da licitação.

IV – Dados do signatário do eventual contrato (nome, CPF e Identidade);

V – Dados bancários da empresa para futuros créditos.

6.2. Os subitens VI e V não serão objeto de análise para desclassificação das propostas.

6.3. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital.

6.4. Não serão aceitas propostas: alternativas, submetidas a termo, condição ou encargos ou com preços indeterminados.

6.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, salvo as alterações dos preços decorrentes da etapa de lances ou a correção de meros erros formais.

6.6. Poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro erros meramente aritméticos.

6.7. A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.

6.8. Se da proposta constar condições de execução mais vantajosas que as exigidas neste edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual.

7 – DOS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

7.1. Documentos necessários à habilitação no certame, observado os incisos XIII e XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, ressalvadas ainda, as peculiaridades dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.1.1. Quanto à Pessoa Jurídica

7.1.1.1. Habilitação jurídica:

- I – Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II – Documento de identificação com foto dos sócios ou do sócio administrador;
- III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado e com as devidas alterações, se houver em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.2. Regularidade fiscal:

- I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II – Certidão Negativa de Débito relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, incluindo contribuições previdenciárias e de terceiros (novo modelo);
- III – Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- IV – Certidão Negativa Municipal, da sede da licitante;
- V – Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS);
- VI – Regularidade Trabalhista, comprovada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.1.4. Qualificação econômico-financeira:

- I – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes prevista no preâmbulo deste Edital.

7.1.5. Qualificação Técnica:

- I – Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente já prestou os serviços licitados de forma satisfatória e sem qualquer ocorrência que desabone a empresa.
- II – Documento que comprove que a empresa possui profissional com diploma ou documento equivalente quanto a capacitação/formação em curso de protético.
- III – Documento que comprove que a empresa possui profissional cirurgião dentista com especialização em prótese ou especialização em área que tenha na sua grade curricular o conteúdo de oclusão dentária, registrado no Conselho Regional de Odontologia.
- IV – Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES.

7.1.6. Declarações diversas (modelo no ANEXO VI).

7.2. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro. Neste último caso, os originais deverão ser apresentados quando da abertura do envelope de habilitação a fim de comprovar sua autenticidade.

7.3. Os artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, se referem ao acesso aos mercados das microempresas e empresas de pequeno porte.

8 – DO PROCEDIMENTO

8.1. No dia, hora e local fixados no preâmbulo deste o Pregoeiro instaurará a sessão pública destinada ao credenciamento dos representantes, ao recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação e, ainda, à realização do procedimento licitatório.

8.2. Inicialmente será verificado o credenciamento dos representantes, devendo o Pregoeiro motivar suas decisões quanto a esta fase, consignando-as em ata. O Pregoeiro declarará o encerramento do credenciamento, momento em que não mais serão aceitas propostas e/ou licitantes remanescentes.

8.3. Após o credenciamento, serão acolhidas as declarações de cumprimento às exigências habilitatórias (modelo no Anexo IV).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

8.4. O Pregoeiro receberá e verificará a regularidade dos envelopes trazidos pelos licitantes, observando o preenchimento dos requisitos fixados neste edital.

8.5. Recebidos os envelopes, não será permitida a desistência da proposta.

8.6. Em seguida, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas de preços, a fim de verificar o cumprimento das condições formais e materiais deste Edital, devendo ser desclassificadas, as que estiverem em desacordo.

8.7. As propostas de preços válidas serão ordenadas em ordem crescente de preços, e serão eleitos para participar da fase de lances o autor da proposta de preço mais baixo e os que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente ao **menor preço global**.

8.8. Se não existirem, no mínimo, três propostas escritas que atendam às condições previstas no item anterior, serão selecionadas para a fase de lances os autores das três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços. Em caso de empate na terceira posição todas participarão da etapa de lances.

8.9. Se, com os critérios acima, não for possível a obtenção do número mínimo de três proponentes, o certame transcorrerá normalmente com dois licitantes na fase de lances. Havendo o comparecimento de um único interessado ou uma só proposta admitida, o Pregoeiro dará continuidade ao procedimento sem a realização da fase de ofertas verbais, aplicando os dispositivos deste edital relativamente à aceitabilidade da proposta, habilitação, negociação do preço ofertado e à adjudicação.

8.10. A fase de lances se processará em rodadas consecutivas, nas quais os representantes dos licitantes selecionados poderão formular, sucessivamente, ofertas verbais, por meio de descontos, na oportunidade de cada um, até que se obtenha o menor preço possível para cada LOTE.

8.11. Os licitantes só poderão ofertar um lance por rodada.

8.12. O primeiro lance caberá ao autor da proposta selecionada de maior preço. Em seguida os demais na ordem subseqüentes.

8.13. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem valores iguais, para se estabelecer a ordem de oferta de lances, serão realizados sorteios, cujos vencedores deverão assumir os lugares subseqüentes.

8.14. Os lances deverão ter seus valores distintos e mais reduzidos do que os propostos anteriormente.

8.15. A formulação de lances não é obrigatória. A eventual recusa do licitante em ofertar lance, quando convidado, implicará na sua exclusão da fase de lances nas rodadas posteriores. Contudo, o preço da proposta escrita ou do último lance formulado será mantido.

8.16. Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.17. Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita.

8.18. Quando convidado a ofertar seu lance, o representante do licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto valer-se de telefone celular. O tempo concedido não poderá exceder 3 (três) minutos.

8.19. O Pregoeiro deverá registrar os lances ofertados, sendo permitido o uso de meios eletrônicos de gravação.

8.20. Quando for obtido o menor preço possível para o ITEM, a etapa de lances será concluída.

8.21. Declarada encerrada a fase de lances, o Pregoeiro procederá à classificação dos licitantes, considerando os valores lançados, e examinará a aceitabilidade da menor proposta, quanto ao objeto e ao preço, decidindo motivadamente a respeito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

8.22. Se a proposta do primeiro classificado for aceita, o Pregoeiro deverá abrir o respectivo envelope de documentação com o fim de confirmar as condições habilitatórias, consoante às exigências deste Edital.

8.23. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.24. Se a oferta de menor preço não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente. O Pregoeiro continuará semelhante procedimento seguindo a ordem de classificação, até encontrar uma proposta que atenda a este Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.25. Nas situações previstas nos subitens 8.15, 8.20 e 8.23, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço melhor.

8.26. A adjudicação imediata do objeto ao vencedor somente será feita pelo Pregoeiro se não houver manifestações recursais.

8.27. A adjudicação do objeto ao vencedor não produz o efeito liberatório dos demais licitantes classificados, que somente se desvincularão e terão sua documentação habilitatória devolvida após a assinatura do contrato pelo adjudicatário.

8.28. Após a adjudicação, caberá à autoridade superior homologar o procedimento.

9 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS

9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão até 02 (dois) dias úteis anteriores ao dia do certame.

9.2. A apresentação de impugnação contra o presente edital será protocolada na repartição desta prefeitura e será processada e julgada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será o mesmo republicado, caso importe em modificação das propostas, e designada nova data para a realização do certame.

9.4. Os recursos sobre os procedimentos de análise de proposta e documentos de habilitação deverão ser interpostos imediatamente na sessão, devendo o interessado indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata, sob pena de decadência de seu direito.

9.5. O Pregoeiro indeferirá liminarmente recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não possua poderes, devendo tal decisão ser consignada em ata.

9.6. Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na sessão, o licitante poderá juntar no prazo de 03 (três) dias úteis razões recursais, contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida nas razões recursais a extensão do recurso a atos não impugnados.

9.7. Os demais licitantes ficam intimados na própria sessão e poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo lapso do item anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente.

9.8. O recurso contra ato do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

9.9. A falta de manifestação recursal imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

9.10. Preenchidas as condições de admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:

I – O Pregoeiro aguardará os prazos destinados à apresentação das razões recursais e contrarrazões;

II – Encerrados os prazos, o Pregoeiro irá analisar o recurso, suas razões e contrarrazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

fazê-lo subir para a autoridade superior devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

9.11. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.12. As razões dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/MG.

9.13. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Município, no endereço supracitado.

9.14. Decididos os recursos, a autoridade competente adjudicará e homologará para determinar a contratação.

10 – DO PREGOEIRO

10.1. Compete ao Pregoeiro a condução do certame, em todas as suas etapas, incumbindo-lhe os atos decisórios de cada fase.

10.2. O Pregoeiro exercerá o Poder de Polícia, podendo determinar a abstenção de qualquer ato que embarace o procedimento, pedir silêncio e determinar a saída de pessoas (licitantes, representantes ou interessados), quando de postura inadequada e abusiva.

10.3. O Pregoeiro será auxiliado pela equipe de apoio em todas as etapas do procedimento licitatório.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. A adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pelo Pregoeiro no final da sessão e registrada em ata.

11.2. Quando houver a participação de Microempresas (ME) ou das Empresas de Pequeno Porte (EPP), será observado o disposto na Lei Complementar 123/2006.

11.3. Em havendo recurso submetido à autoridade superior competente, na forma do subitem 9.10 deste edital, a adjudicação será feita pela Autoridade Superior.

11.4. A homologação em favor da licitante adjudicada nesta licitação será feita pela Autoridade Competente, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro.

12 – CONDIÇÕES GERAIS PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologada a licitação, a Administração convocará por escrito o adjudicatário para no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação da homologação, assinar o contrato que obedecerá ao disposto neste Edital e legislação vigente.

12.2. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

12.3. Decorrido o prazo do item 12.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

I – Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta.

II – Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.4. A multa de que trata o item 12.3 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

12.5. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura.

13 – CRITERIOS DE ACEITABILIDADE E DE ENTREGA/EXECUÇÃO

13.1. O objeto deverá ser entregue estritamente de acordo com as especificações descritas, reservando-se a esta Secretaria Municipal de Saúde, através da responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias.

13.2. Será de inteira responsabilidade do fornecedor a substituição dos produtos quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações contidas no edital.

13.3. Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pelo edital, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo em no máximo 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação da falha sem ônus para o CONTRATANTE.

13.4. O FORNECEDOR assumirá a responsabilidade pelo fornecimento de todos os materiais de boa qualidade e assume a responsabilidade pelo envio.

13.5. O prazo de entrega das Próteses é de 30 (trinta) dias úteis.

13.6. A entrega das Próteses deve ser realizada de acordo com a necessidade, semanal, quinzenal e mensal conforme solicitação.

13.7. O FORNECEDOR deverá preencher um formulário próprio contendo os dados dos pacientes, o tipo de prótese e a data da moldagem e instalação para estes dados sejam lançados no sistema e a nota seja liberada para pagamento.

13.8. O Fundo Municipal de Saúde realizará a triagem dos pacientes e agendará a consulta do paciente com a empresa prestadora dos serviços.

13.8.1. O Fundo Municipal de Saúde, através de sua equipe técnica (dentistas, Técnicos de Saúde Bucal e Assistente Social) realizarão durante a triagem os seguintes procedimentos:

- a) Organização da fila de espera conforme critérios sociais e de urgência e promoverá o agendamento da primeira consulta do paciente;
- b) Avaliação inicial do paciente antes da moldagem inicial;
- c) Encaminhar o paciente ao prestador dos serviços para confecção de próteses.
- d) Será fornecido o espaço físico (consultórios odontológicos) nas cinco Unidades de atendimentos do Município para os atendimentos.
- e) O Fundo Municipal de Saúde não cederá, pessoal técnico e nenhum material utilizado para a moldagem e confecção das próteses.

13.8.2. O licitante vencedor deverá prestar os serviços obedecendo as seguintes etapas

Prótese total:

Primeira consulta: o dentista da empresa prestadora dos serviços receberá o paciente encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde, realizará a moldagem para confecção da moldeira individual, devendo vazar o gesso logo após a moldagem e promover a desinfecção dos modelos;

Segunda consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, onde serão realizados os ajustes das moldeiras individuais e moldagem funcional



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

para obtenção da base de prova e plano de orientação (cera). Deverá realizar a desinfecção das mesmas;

Terceira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, para a realização nos planos de cêra os registros maxilomandibulares e seleção da cor dos dentes de estoque;

Quarta consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta consulta será realizada a prova dos dentes montados em cera;

Quinta consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta ocasião será realizada a instalação das próteses e ajustes necessários.

Prótese parcial removível:

Primeira consulta: o dentista da empresa prestadora dos serviços receberá o paciente encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde, realizará a moldagem para confecção da estrutura metálica, a moldagem do arco antagonista e o registro da oclusão, devendo vazar o gesso logo após a moldagem e promover a desinfecção dos modelos;

Segunda consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, onde será realizada prova da estrutura metálica e o registro da oclusão no plano de cêra, e escolha da cor dos dentes de estoque. Deverá realizar a desinfecção das mesmas;

Terceira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, para a realização da prova dos dentes em cêra;

Quarta consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta consulta será instalada no paciente a PPR pronta e realizado os ajustes necessários;

Prótese unitária:

Núcleo em fibra de vidro:

Primeira consulta: o dentista da empresa prestadora dos serviços receberá o paciente encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde, o paciente deverá estar com o dente com canal devidamente tratado e o conduto preparado para colocação da retenção intracanal. O dentista prestador realizará a seleção do pino que será adequado ao conduto e realizará a cimentação conforme norma técnica com adesivo autocondicionamento e cimento dual, realizará também a reconstrução do pino com resina composta.

Coroa de solidex ou coroa metálica fundida:

Primeira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, onde será realizada o preparo cavitário do dente em questão de acordo com a restauração indicada (solidex ou coroa metálica), afastamento gengival (em todos os casos em que a margem do preparo esteja próxima da gengiva) moldagem com material denso seguido pela moldagem com material fluido, moldagem do antagonista, registro da oclusão e escolha da cor caso seja uma coroa em solidex.

Segunda consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, para a realização da prova do dente em cêra, nesta etapa observar principalmente relação oclusal e adaptação das margens.

Terceira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta consulta será realizada a cimentação da peça protética, com cimento resinoso Dual ou com cimento de ionômero de vidro próprio para cimentação, e realizados os ajustes necessários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

Demais consultas: será agendada entre o Fundo Municipal de Saúde e o prestador dos serviços. Nesta etapa será realizado o controle do período de adaptação. Caso haja necessidade de atendimento do paciente pelo prestador dos serviços, este deverá realizar o atendimento em no máximo 2 dias úteis após a notificação do Município, onde será encaminhado o paciente para atendimento do prestador dos serviços.

a) O período de adaptação será observado pelos profissionais do Município, os quais farão a reavaliação até que o paciente esteja na condição de alta clínica;

b) O pagamento somente será autorizado pela equipe do Município após a alta clínica do paciente.

13.9. A prestadora dos serviços deverá estipular data e horário para atendimento aos pacientes e, em caso de problemas de saúde ou pessoais do dentista prestador, esta deverá substituir o profissional faltante ou avisar com mínimo de 12 hs de antecedência e reagendar o retorno do paciente para a data mais próxima possível.

13.10. As etapas descritas poderão ser supervisionadas a qualquer momento pela coordenação de Saúde Bucal do Município. Este profissional terá acesso livre ao ambiente clínico para avaliação de critérios técnicos e de biossegurança. Cabe ao mesmo profissional proceder à avaliação final das próteses entregues aos pacientes e liberação para pagamento das mesmas, após aprovação das próteses e alta clínica do paciente.

13.11. As próteses, deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Caso haja necessidade de repetição dos serviços (nova moldagem) a contagem do tempo se inicia novamente. O número de próteses que deverão ser entregues mensalmente deverá ser respeitado pelo contratado, sendo vetado o lançamento de próteses que não estiverem efetivamente instaladas no paciente dentro do mês vigente.

13.12. A prestadora dos serviços deverá dar total assistência ao paciente no período de controle/adaptação das próteses, no prazo descrito. A assistência no prazo determinado é de extrema importância para evitar lesões bucais e aumentar a chance de adaptação das próteses, promovendo o menor risco de desconforto ao paciente.

13.13. Os serviços deverão atender as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, inclusive no que diz respeito à qualidade do material e do atendimento da prestadora dos serviços.

13.14. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com aluguéis, embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

13.15. O(s) serviço(s) fornecido(s) estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade, qualidade e perfeito funcionamento e uso.

13.16. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões do Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição do(s) serviço(s), contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Fundo Municipal de Saúde, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

13.17. Na ocorrência de falta de cumprimento dos prazos de entrega e falha nos critérios clínicos e laboratoriais das fases de confecção das próteses o contratante terá o direito de romper o contrato e realizar novo processo de licitação sem ônus financeiros e jurídicos para o Fundo Municipal de Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

14 – DAS OBRIGAÇÕES

14.1. A Contratada obriga-se a:

14.1.1. Realizar os serviços nas condições pactuadas, no prazo e local indicado pela Administração municipal, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as plotagens realizadas.

14.1.2. O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério da CONTRATANTE, solicitar que o serviço seja refeito, caso necessário.

14.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação.

14.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Av. Henrique Diniz, 348 – Fone: (32) 3346-1350 – Antônio Carlos – MG.

14.1.5. Manter, durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições previamente solicitadas e formalmente autorizadas.

14.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, qualquer tipo de transporte e/ou estadia necessária, equipamentos de proteção individuais e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ATA.

14.2. O Município de Antônio Carlos obriga-se a:

14.2.1. Efetuar o pagamento na forma pactuada neste instrumento.

14.2.2. Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução da ARP.

14.2.3. Supervisionar a execução da Ata de Registro de Preços nos termos pactuados.

14.2.4. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante contratada, bem como, para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2.5. Designar gestor para acompanhar a execução da Ata.

14.2.6. Comunicar imediatamente a ciência do fato, qualquer descumprimento das cláusulas contratuais.

14.2.7. Conferir e atestar as notas fiscais, e posteriormente encaminhar para autorizar o pagamento.

15 – DA RESCISÃO

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida em virtude dos motivos estabelecidos no art. 78 da lei nº 8.666/93, compatíveis com o objeto contratado.

16 – DO PAGAMENTO

16.1. O valor máximo definido para o presente processo licitatório é de **R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)**.

16.2. O pagamento será feito mensalmente, de acordo com as quantidades entregues e aceitas, em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal na tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

16.3. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, será contado prazo de pagamento a data da sua reapresentação.

16.4. O pagamento estará condicionado à apresentação da certidão de regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no parágrafo segundo do Artigo 71 da Lei 8.666/93.

16.5. Todos os pagamentos serão efetuados na sede do município.

16.6. A nota fiscal deverá discriminar todos os serviços executados, bem como a licitação originária.

16.7. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

16.8. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela Ordem de Compras (OC), sujeitará a contratada, às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

I – Advertência;

II – Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor da Ordem de Compras, por dia de atraso injustificado na execução da mesma observada o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

III – Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da Ordem de Compras, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;

IV – Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, no prazo de até 02 (dois) anos;

V – Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado a detentora da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

17.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal.

17.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "I", "IV" e "V", do item 16.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

17.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido à Prefeitura Municipal, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

17.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.2. Fica assegurado ao município o direito de no interesse da Administração anular ou revogar a qualquer tempo no todo ou em parte esta licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

18.3. As proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o município não será em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no município.

18.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão;

18.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

18.8. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos, serão atendidos pelo Pregoeiro no horário das 12:00h às 17:00h, na sede do município a Rua João Amorim, nº 160, Bairro Centro, fone/fax (32) 3346-1255.

18.9. Durante a vigência da ARP, as obrigações serão acompanhadas e fiscalizadas pelo(a) responsável pela Coordenação da Saúde Bucal da Secretaria de Saúde, que deverá atestar o padrão de conformidade e tomar as demais providências relativas ao andamento da ARP, podendo ser assistida por terceiros.

18.10. Este Edital se completa com as regras e princípios da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93.

18.11. Este edital contém os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Credenciamento;

Anexo III – Modelo de declaração de cumprimento de requisitos de habilitação, conforme art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002;

Anexo IV – Modelo de declaração M.E./E.P.P;

Anexo V – Modelo de proposta comercial;

Anexo VI – Modelo de declarações diversas;

Anexo VII – Minuta Da Ata de Registro de Preços;

18.12. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Barbacena, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Antônio Carlos, 08 de dezembro de 2023.

Marcelo Ribeiro da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

QUALIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

ÓRGÃO SOLICITANTE: Fundo Municipal de Saúde

RESPONSÁVEL POR ESTE TERMO Juliana Rigotti Furtado

CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora de Saúde Bucal

LOTAÇÃO: SMS

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DESTE TERMO: Raphael Felipe Cecilio de Almeida

LOTAÇÃO: Licitação

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto desta licitação o registro de preços para futura e eventual a contratação de empresa na área de Saúde, para realização/confecção de Próteses Dentárias, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Antônio Carlos.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente e a criação do LRPD desde 2004 tem como objetivo primordial ampliar a oferta de próteses dentárias de qualidade, promovendo a reabilitação protética, fonética, mastigatória e estética da população em território brasileiro, por meio do Sistema Público de Saúde. Acompanhando esta prerrogativa e pautando-se nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) o Município de Antônio Carlos/MG está credenciado neste programa desde a sua criação, desta forma o presente termo se faz necessário para que o Município continue a prestar tal assistência para a sua população.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS BENS/ ESTIMATIVA DE PREÇOS

Constitui objeto do presente projeto as regras para a Contratação de **procedimentos laboratoriais relacionados à confecção e fornecimento personalizado de próteses totais mandibulares e maxilares, próteses parciais removíveis mandibulares e maxilares, próteses coronárias, próteses intrarradiculares fixas, coroas provisórias e próteses sobre implantes,** conforme descrição na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, disponível através do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de saúde – SUS no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, respeitando as especificações deste Termo de Referência de forma complementar aos serviços disponibilizados pela rede pública, necessários para oferecer à população do município uma assistência à saúde de qualidade, com base nas diretrizes clínicas vigentes e normatizadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.

O serviço de prótese consiste na assistência dos pacientes que são selecionados de acordo com uma lista de espera. Dentro dos serviços que serão oferecidos pelo Fundo Municipal de Saúde

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. ESTIM. ANO	VALOR UNITÁRIO
01	PRÓTESE CORONÁRIA/INTRA RADICULARES E FIXAS/ ADESIVAS: RMF, NMF, coroa em solidex.	400	R\$: 225,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

02	PRÓTESE TOTAL SUPERIOR E INFERIOR: (Chapa de prova, planos de cera, prova dos dentes em cera) Palato transparente, dentes de acrílico modelo VIPI.	400	R\$: 225,00
03	PRÓTESE PARCIAIS REMOVÍVEIS ESTRUTURA METÁLICA: (Prova da estrutura metálica, planos em cera, prova com os dentes em cera e acrilização, dentes tipo VIPI).	400	R\$: 225,00

DA ESTIMATIVA

O valo estimado para a contratação é de **R\$: 270.000,00** anual, conforme planilha descritiva e quantitativa de serviços e orçamentária de preços básico conforme a tabela acima.

CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

O objeto a que se refere este Termo de Referência deve ser entregue estritamente de acordo com as especificações aqui descritas, reservando-se a esta Secretaria Municipal de Saúde, através da responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias. Será de inteira responsabilidade do fornecedor a substituição dos produtos quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações contidas no edital.

Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pelo edital, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo em no máximo 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação da falha sem ônus para o CONTRATANTE.

O CONTRATADO assumirá a responsabilidade pelo fornecimento de todos os materiais de boa qualidade e assume a responsabilidade pelo envio.

O prazo de entrega das Prótese é de 30 (trinta) dias úteis.

A entrega das Prótese deve ser realizada de acordo com a necessidade, semanal, quinzenal e mensal conforme o a solicitação.

O CONTRATADO deverá preencher um formulário próprio contendo os dados dos pacientes, o tipo de prótese e a data da moldagem e instalação para estes dados sejam lançados no sistema e a nota seja liberada para pagamento.

DECLARAÇÃO DE QUE HÁ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.

03.010.001 10.302.0003 2.726 3.3.90.39.00

DODUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Ato Constitutivo (contrato social, estatuto social ou requerimento de empresário);

Todas as alterações ou consolidação do Ato Constitutivo;

Procuração dos respectivos representantes nas licitações;

Documentos dos Sócios;

Documentos do Representante Legal;

Prova de Administração ou Diretoria (dependo do tipo empresarial)

Cartão de CNPJ emitido pela Secretaria da Receita Federal;

Inscrição Estadual;

Inscrição Municipal;

Certidão negativa de débitos federais (emitida pela Receita Federal com validade de 180 dias ou pelo site, válida por 30 dias);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

Certidão negativa de débitos estaduais (emitida pela Secretaria Estadual da Fazenda, com validade de 90 dias);

Certidão negativa de débitos municipais (emitida pela Secretaria Municipal da cidade);

Certidão negativa de débitos trabalhistas;

Certidão negativa de débitos do FGTS (emitida em agências da Caixa Econômica Federal ou pelo site, com validade de 30 dias);

Certidão negativa de débitos do INSS.

Documento que comprove que a empresa possui profissional com diploma ou documento equivalente quanto a capacitação/formação em curso de protético.

Documento que comprove que a empresa possui profissional cirurgião dentista com especialização em prótese ou especialização em área que tenha na sua grade curricular o conteúdo de oclusão dentária, registrado no Conselho Regional de Odontologia.

Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde -CNES.

CONDIÇÕES DE ENTREGA (EXECUÇÃO)

O Fundo Municipal de Saúde realizará a triagem dos pacientes e agendará a consulta do paciente com a empresa prestadora dos serviços.

O Fundo Municipal de Saúde, através de sua equipe técnica (dentistas, Técnicos de Saúde Bucal e Assistente Social) realizarão durante a triagem os seguintes procedimentos:

- a) Organização da fila de espera conforme critérios sociais e de urgência e promoverá o agendamento da primeira consulta do paciente;
- b) Avaliação inicial do paciente antes da moldagem inicial;
- c) Encaminhar o paciente ao prestador dos serviços para confecção de próteses.
- d) Será fornecido o espaço físico (consultórios odontológicos) nas cinco Unidades de atendimentos do Município para os atendimentos.
- e) O Fundo Municipal de Saúde não cederá, pessoal técnico e nenhum material utilizado para a moldagem e confecção das próteses.

O licitante vencedor deverá prestar os serviços obedecendo as seguintes etapas

Prótese total:

Primeira consulta: o dentista da empresa prestadora dos serviços receberá o paciente encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde, realizará a moldagem para confecção da moldeira individual, devendo vazar o gesso logo após a moldagem e promover a desinfecção dos modelos;

Segunda consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, onde serão realizados os ajustes das moldeiras individuais e moldagem funcional para obtenção da base de prova e plano de orientação (cera). Deverá realizar a desinfecção das mesmas;

Terceira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, para a realização nos planos de cêra os registros maxilomandibulares e seleção da cor dos dentes de estoque;

Quarta consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta consulta será realizada a prova dos dentes montados em cera;

Quinta consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta ocasião será realizada a instalação das próteses e ajustes necessários.

Prótese parcial removível:

Primeira consulta: o dentista da empresa prestadora dos serviços receberá o paciente encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde, realizará a moldagem para confecção da estrutura



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

metálica, a moldagem do arco antagonista e o registro da oclusão, devendo vazar o gesso logo após a moldagem e promover a desinfecção dos modelos;

Segunda consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, onde será realizada a prova da estrutura metálica e o registro da oclusão no plano de cêra, e escolha da cor dos dentes de estoque. Deverá realizar a desinfecção das mesmas;

Terceira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, para a realização da prova dos dentes em cêra;

Quarta consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta consulta será instalada no paciente a PPR pronta e realizado os ajustes necessários;

Prótese unitária:

Núcleo em fibra de vidro:

Primeira consulta: o dentista da empresa prestadora dos serviços receberá o paciente encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde, o paciente deverá estar com o dente com canal devidamente tratado e o conduto preparado para colocação da retenção intracanal. O dentista prestador realizará a seleção do pino que será adequado ao conduto e realizará a cimentação conforme norma técnica com adesivo autocondicionamento e cimento dual, realizará também a reconstrução do pino com resina composta.

Coroa de solidex ou coroa metálica fundida:

Primeira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, onde será realizada o preparo cavitário do dente em questão de acordo com a restauração indicada (solidex ou coroa metálica), afastamento gengival (em todos os casos em que a margem do preparo esteja próxima da gengiva) moldagem com material denso seguido pela moldagem com material fluido, moldagem do antagonista, registro da oclusão e escolha da cor caso seja uma coroa em solidex.

Segunda consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, para a realização da prova do dente em cêra, nesta etapa observar principalmente relação oclusal e adaptação das margens.

Terceira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta consulta será realizada a cimentação da peça protética, com cimento resinoso Dual ou com cimento de ionômero de vidro próprio para cimentação, e realizados os ajustes necessários;

Demais consultas: será agendada entre o Fundo Municipal de Saúde e o prestador dos serviços. Nesta etapa será realizado o controle do período de adaptação. Caso haja necessidade de atendimento do paciente pelo prestador dos serviços, este deverá realizar o atendimento em no máximo 2 dias úteis após a notificação do Município, onde será encaminhado o paciente para atendimento do prestador dos serviços.

a) O período de adaptação será observado pelos profissionais do Município, os quais farão a reavaliação até que o paciente esteja na condição de alta clínica;

b) O pagamento somente será autorizado pela equipe do Município após a alta clínica do paciente.

A prestadora dos serviços deverá estipular data e horário para atendimento aos pacientes e, em caso de problemas de saúde ou pessoais do dentista prestador, esta deverá substituir o profissional faltante ou avisar com mínimo de 12 hs de antecedência e reagendar o retorno do paciente para a data mais próxima possível.

As etapas descritas poderão ser supervisionadas a qualquer momento pela coordenação de Saúde Bucal do Município. Este profissional terá acesso livre ao ambiente clínico para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

avaliação de critérios técnicos e de biossegurança. Cabe ao mesmo profissional proceder à avaliação final das próteses entregues aos pacientes e liberação para pagamento das mesmas, após aprovação das próteses e alta clínica do paciente.

As próteses, deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Caso haja necessidade de repetição dos serviços (nova moldagem) a contagem do tempo se inicia novamente. O número de próteses que deverão ser entregues mensalmente deverá ser respeitado pelo contratado, sendo vetado o lançamento de próteses que não estiverem efetivamente instaladas no paciente dentro do mês vigente.

A prestadora dos serviços deverá dar total assistência ao paciente no período de controle/adaptação das próteses, no prazo descrito. A assistência no prazo determinado é de extrema importância para evitar lesões bucais e aumentar a chance de adaptação das próteses, promovendo o menor risco de desconforto ao paciente.

Os serviços deverão atender as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, inclusive no que diz respeito à qualidade do material e do atendimento da prestadora dos serviços.

Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com aluguéis, embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

O(s) serviço(s) fornecido(s) estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade, qualidade e perfeito funcionamento e uso.

No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões do Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição do(s) serviço(s), contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Fundo Municipal de Saúde, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

Na ocorrência de falta de cumprimento dos prazos de entrega e falha nos critérios clínicos e laboratoriais das fases de confecção das próteses o contratante terá o direito de romper o contrato e realizar novo processo de licitação sem ônus financeiros e jurídicos para o Fundo Municipal de Saúde.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir todas as obrigações constantes no edital;

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado de a respectiva nota fiscal substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência o produto com avarias ou defeitos;

Substituir os produtos que apresentarem qualquer incompatibilidade com o especificado/solicitado no edital em 03 (três) dias úteis para não causar desassistência nos setores e prejudicar o processo de trabalho.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Supervisionar a execução do contrato;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados do CONTRATADO;

Conferir os pedidos no ato do recebimento;

Emitir as Autorizações de Fornecimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

Efetuar o pagamento ao CONTRATADO de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste contrato.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Coordenadora de Saúde Bucal Juliana Rigotti Furtado ou por outro servidor designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de em até 30 (trinta) dias após a entrega efetiva dos produtos, sendo que a mesma deverá ser sempre acompanhada da respectiva da nota fiscal.

O CONTRATADO deverá emitir a nota fiscal equivalente ao mês, não podendo deixar acumulo de notas fiscal do mês anterior.

O pagamento somente será autorizado pela equipe do Município após a alta clínica do paciente.

VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura e término em 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do, art. 107 da Lei nº 14.133/21, observado o interesse público e, desde que devidamente justificado.

DA DECLARAÇÃO

Declaro que sou o responsável pela elaboração deste termo de referência.

Juliana Rigotti Furtado
Coordenadora de Saúde Bucal

DA APROVAÇÃO

Aprovo o presente termo de referência bem como estou de acordo com todas as informações nele contidas.

Denilson Hermes da Cunha
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 060.114.336-18

Antônio Carlos, 20 de novembro de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

PROCESSO Nº 065/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023

MODELO CARTA CREDENCIAL PARA ACOMPANHAR A ABERTURA DAS PROPOSTAS

PROPONENTE _____
LOCAL E DATA _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - MG

Designação,

O abaixo assinado, _____, Carteira de Identidade nº _____, na qualidade de responsável legal pela empresa _____, CNPJ nº _____, vêm pela presente informar a V. S^a. que o (a) Sr.(a) _____, Carteira de Identidade nº _____ e/ou CPF _____, é pessoa credenciada para acompanhar a sessão de abertura da Proposta de Preços, participar da fase de lances bem como dos demais atos inerentes ao certame, em especial poder de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Responsável Legal pela PROPONENTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS
NOS TERMOS DO ART. 4º, VII LEI Nº 10.520/02.**

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

PROCESSO Nº 065/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023

O representante legal da Empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____ nº _____, bairro _____, _____/_____, CEP _____, na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023, instaurado pela Secretaria de Saúde do município de Antônio Carlos/MG, declara para fins de direitos que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação, conforme poderá ser verificado pelos documentos constantes do envelope de habilitação.

Local,

(data)

Assinatura do Responsável Legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO SOMENTE PARA

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

(NOME DA EMPRESA) _____,
CNPJ Nº _____, com sede ____ (endereço completo) ____, por intermédio de
seu representante legal, para fins do **Pregão Presencial nº 037/2023**, DECLARA
expressamente, sob as penalidade cabíveis, que:

A) Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;

B) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação e que não incide nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

_____, _____ de _____.

(assinatura do representante legal)

Nome ou carimbo do declarante: _____

Cargo ou carimbo do declarante: _____

Nº da cédula de identidade: _____

Telefone, fax e e-mail para contato: _____

*Esta declaração deverá ser entregue fora dos envelopes e por ocasião do credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

ANEXO V

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

PROCESSO Nº 065/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023

MODELO DE PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TEL/FAX: _____

DADOS BANCÁRIOS: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

Item	Quant.	Un.	Especificação	Valor Unit.	R\$ Total
1				R\$ -	R\$ -
2				R\$ -	R\$ -

* Idem para os demais itens

Valor Global: _____

Obs.: Declaramos que aceitamos e estamos de acordo com todas as condições, especificações, valores, quantidades, etc. estabelecidas neste edital.

Local e data

Carimbo da empresa/ Assinatura do responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

ANEXO VI

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

REF: PROCESSO Nº 065/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023

Empresa....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o Sr..... portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº....., DECLARA sob as penas da lei:

- a) ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V DA LEI 8666/93, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- b) INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO: que até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para cumprimento das obrigações objeto da Licitação;

Local e data

(Nome- Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

OBS: A presente declaração deverá ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

ANEXO VII

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **Fundo Municipal de Saúde** do Município de Antônio Carlos/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 10.546.524/0001-36, estabelecido na Rua João Amorim nº 160, Centro, CEP 36.220-000, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações posteriores, a Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, e lei nº 9.648 de maio de 1988, referente ao processo licitatório nº 065/2023 – Pregão Presencial nº 037/2023, **RESOLVE REGISTRAR PREÇOS** para futura e eventual prestação de serviços especializados de análise e fabricação de de próteses dentárias, conforme A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente e a criação do LRPD, para atender a população assistida pela Secretaria de Saúde do município de Antônio Carlos, pelo período de 12 (doze) meses a contar da assinatura desta Ata de Registro de Preços, conforme condições e especificações do edital, seus anexos, incluindo termo de referência, além do descrito abaixo, unidades, quantidades e valores:

FORNECEDORA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL:

Item	Quant.	Un.	Especificação	Marca	Valor Unit.	R\$ Total

CLÁUSULA 1ª – DO PAGAMENTO

- 1.1. O pagamento será feito mensalmente, de acordo com as quantidades entregues e aceitas, em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal na tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, será contado prazo de pagamento a data da sua reapresentação.
- 1.3. O pagamento estará condicionado à apresentação da certidão de regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no parágrafo segundo do Artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 1.4. Todos os pagamentos serão efetuados na sede do município.
- 1.5. A nota fiscal deverá discriminar todos os itens adquiridos, bem como a licitação originária.
- 1.6. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.
- 1.7. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

CLÁUSULA 2ª – CRITERIOS DE ACEITABILIDADE E DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 2.1. O objeto deverá ser entregue estritamente de acordo com as especificações descritas, reservando-se a esta Secretaria Municipal de Saúde, através da responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias.
- 2.2. Será de inteira responsabilidade do fornecedor a substituição dos produtos quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações contidas no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

2.3. Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pelo edital, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo em no máximo 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação da falha sem ônus para o CONTRATANTE.

2.4. O FORNECEDOR assumirá a responsabilidade pelo fornecimento de todos os materiais de boa qualidade e assume a responsabilidade pelo envio.

2.5. O prazo de entrega das Próteses é de 30 (trinta) dias úteis.

2.6. A entrega das Próteses deve ser realizada de acordo com a necessidade, semanal, quinzenal e mensal conforme solicitação.

2.7. O FORNECEDOR deverá preencher um formulário próprio contendo os dados dos pacientes, o tipo de prótese e a data da moldagem e instalação para estes dados sejam lançados no sistema e a nota seja liberada para pagamento.

2.8. O Fundo Municipal de Saúde realizará a triagem dos pacientes e agendará a consulta do paciente com a empresa prestadora dos serviços.

2.8.1. O Fundo Municipal de Saúde, através de sua equipe técnica (dentistas, Técnicos de Saúde Bucal e Assistente Social) realizarão durante a triagem os seguintes procedimentos:

- a) Organização da fila de espera conforme critérios sociais e de urgência e promoverá o agendamento da primeira consulta do paciente;
- b) Avaliação inicial do paciente antes da moldagem inicial;
- c) Encaminhar o paciente ao prestador dos serviços para confecção de próteses.
- d) Será fornecido o espaço físico (consultórios odontológicos) nas cinco Unidades de atendimentos do Município para os atendimentos.
- e) O Fundo Municipal de Saúde não cederá, pessoal técnico e nenhum material utilizado para a moldagem e confecção das próteses.

2.8.2. O licitante vencedor deverá prestar os serviços obedecendo as seguintes etapas

Prótese total:

Primeira consulta: o dentista da empresa prestadora dos serviços receberá o paciente encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde, realizará a moldagem para confecção da moldeira individual, devendo vazar o gesso logo após a moldagem e promover a desinfecção dos modelos;

Segunda consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, onde serão realizados os ajustes das moldeiras individuais e moldagem funcional para obtenção da base de prova e plano de orientação (cera). Deverá realizar a desinfecção das mesmas;

Terceira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, para a realização nos planos de cêra os registros maxilomandibulares e seleção da cor dos dentes de estoque;

Quarta consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta consulta será realizada a prova dos dentes montados em cera;

Quinta consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta ocasião será realizada a instalação das próteses e ajustes necessários.

Prótese parcial removível:

Primeira consulta: o dentista da empresa prestadora dos serviços receberá o paciente encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde, realizará a moldagem para confecção da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

estrutura metálica, a moldagem do arco antagonista e o registro da oclusão, devendo vazar o gesso logo após a moldagem e promover a desinfecção dos modelos;

Segunda consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, onde será realizada prova da estrutura metálica e o registro da oclusão no plano de cêra, e escolha da cor dos dentes de estoque. Deverá realizar a desinfecção das mesmas;

Terceira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, para a realização da prova dos dentes em cêra;

Quarta consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta consulta será instalada no paciente a PPR pronta e realizado os ajustes necessários;

Prótese unitária:

Núcleo em fibra de vidro:

Primeira consulta: o dentista da empresa prestadora dos serviços receberá o paciente encaminhado pelo Fundo Municipal de Saúde, o paciente deverá estar com o dente com canal devidamente tratado e o conduto preparado para colocação da retenção intracanal. O dentista prestador realizará a seleção do pino que será adequado ao conduto e realizará a cimentação conforme norma técnica com adesivo autocondicionamento e cimento dual, realizará também a reconstrução do pino com resina composta.

Coroa de solidex ou coroa metálica fundida:

Primeira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, onde será realizada o preparo cavitário do dente em questão de acordo com a restauração indicada (solidex ou coroa metálica), afastamento gengival (em todos os casos em que a margem do preparo esteja próxima da gengiva) moldagem com material denso seguido pela moldagem com material fluido, moldagem do antagonista, registro da oclusão e escolha da cor caso seja uma coroa em solidex.

Segunda consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente, para a realização da prova do dente em cêra, nesta etapa observar principalmente relação oclusal e adaptação das margens.

Terceira consulta: será agendada diretamente entre o dentista prestador dos serviços e o paciente. Nesta consulta será realizada a cimentação da peça protética, com cimento resinoso Dual ou com cimento de ionômero de vidro próprio para cimentação, e realizados os ajustes necessários;

Demais consultas: será agendada entre o Fundo Municipal de Saúde e o prestador dos serviços. Nesta etapa será realizado o controle do período de adaptação. Caso haja necessidade de atendimento do paciente pelo prestador dos serviços, este deverá realizar o atendimento em no máximo 2 dias úteis após a notificação do Município, onde será encaminhado o paciente para atendimento do prestador dos serviços.

a) O período de adaptação será observado pelos profissionais do Município, os quais farão a reavaliação até que o paciente esteja na condição de alta clínica;

b) O pagamento somente será autorizado pela equipe do Município após a alta clínica do paciente.

2.9. A prestadora dos serviços deverá estipular data e horário para atendimento aos pacientes e, em caso de problemas de saúde ou pessoais do dentista prestador, esta deverá substituir o profissional faltante ou avisar com mínimo de 12 hs de antecedência e reagendar o retorno do paciente para a data mais próxima possível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

- 2.10. As etapas descritas poderão ser supervisionadas a qualquer momento pela coordenação de Saúde Bucal do Município. Este profissional terá acesso livre ao ambiente clínico para avaliação de critérios técnicos e de biossegurança. Cabe ao mesmo profissional proceder à avaliação final das próteses entregues aos pacientes e liberação para pagamento das mesmas, após aprovação das próteses e alta clínica do paciente.
- 2.11. As próteses, deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Caso haja necessidade de repetição dos serviços (nova moldagem) a contagem do tempo se inicia novamente. O número de próteses que deverão ser entregues mensalmente deverá ser respeitado pelo contratado, sendo vetado o lançamento de próteses que não estiverem efetivamente instaladas no paciente dentro do mês vigente.
- 2.12. A prestadora dos serviços deverá dar total assistência ao paciente no período de controle/adaptação das próteses, no prazo descrito. A assistência no prazo determinado é de extrema importância para evitar lesões bucais e aumentar a chance de adaptação das próteses, promovendo o menor risco de desconforto ao paciente.
- 2.13. Os serviços deverão atender as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, inclusive no que diz respeito à qualidade do material e do atendimento da prestadora dos serviços.
- 2.14. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com aluguéis, embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
- 2.15. O(s) serviço(s) fornecido(s) estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade, qualidade e perfeito funcionamento e uso.
- 2.16. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões do Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição do(s) serviço(s), contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Fundo Municipal de Saúde, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
- 2.17. Na ocorrência de falta de cumprimento dos prazos de entrega e falha nos critérios clínicos e laboratoriais das fases de confecção das próteses o contratante terá o direito de romper o contrato e realizar novo processo de licitação sem ônus financeiros e jurídicos para o Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA 3ª – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada obriga-se a:

- 3.1.1. Realizar os serviços nas condições pactuadas, no prazo e local indicado pela Administração municipal, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as plotagens realizadas.
- 3.1.2. O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério da CONTRATADA, solicitar que o serviço seja refeito, caso necessário.
- 3.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação.
- 3.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Av. Henrique Diniz, 348 – Fone: (32) 3346-1350 – Antônio Carlos – MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

3.1.5. Manter, durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta da ATA.

3.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, equipamentos de proteção individuais e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ATA.

3.2. A Secretaria de Saúde do Município obriga-se a:

3.2.1. Efetuar o pagamento na forma pactuada neste instrumento.

3.2.2. Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução da ARP.

3.2.3. Supervisionar a execução da Ata de Registro de Preços nos termos pactuados.

3.2.4. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante contratada, bem como, para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.2.5. Designar um gestor para acompanhar a execução da Ata.

3.2.6. Comunicar imediatamente a ciência do fato, qualquer descumprimento das cláusulas contratuais.

3.2.7. Conferir e atestar as notas fiscais, e posteriormente encaminhar para autorizar o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

4.1. O presente Instrumento poderá ser rescindido nos seguintes casos:

4.1.1. Descumprimento das Cláusulas edilícias estabelecidas;

4.1.2. Cumprimento irregular das Cláusulas Contratuais estabelecidas;

4.1.3. Paralisação no fornecimento sem justa causa;

4.1.4. Decretação de falência ou o pedido de concordata;

4.1.5. Alteração da razão social com modificação de finalidade ou estrutura de atendimento pertinente do fornecedor, que a juízo do Município, prejudique o fornecimento das cestas básicas;

4.1.6. Por razões justificadas que afetam o interesse público;

4.1.7. Por qualquer uma das partes, desde que haja comunicação prévia, protocolada pela parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela Ordem de Compras (OC), sujeitará a contratada, às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

I – Advertência;

II – Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor da Ordem de Compras, por dia de atraso injustificado na execução da mesma observada o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

III – Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da Ordem de Compras, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;

IV – Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, no prazo de até 02 (dois) anos;

V – Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado a detentora da Ata o pedido de reconsideração da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
RUA JOÃO AMORIM, 160 - CAIXA POSTAL 18 – 36220-000.
FONE (32) 3346-1255 - MINAS GERAIS

decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

5.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal.

5.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "I", "IV" e "V", do item 16.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

5.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido à Prefeitura Municipal, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

5.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para fazer face às despesas correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo:

03.010.001 10.302.0003 2.726 3.3.90.39.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente instrumento não poderá ser objeto da cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência da ARP, as obrigações serão acompanhadas e fiscalizadas pelo(a) responsável pela Coordenação da Saúde Bucal da Secretaria de Saúde, que deverá atestar o padrão de conformidade e tomar as demais providências relativas ao andamento da ARP, podendo ser assistida por terceiros.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência do Processo Licitatório nº 065/2023 – Pregão Presencial nº 037/2023 e, para todas as questões oriundas deste fica eleito o Foro da Comarca de Barbacena/MG, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

E, por estarem assim, Município e Fornecedor de acordo com o disposto neste Instrumento, assinam o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Antônio Carlos/MG, ____ de _____ de 2023.

ASSINATURAS